

1. INTRODUÇÃO

Com a sanção da nova Lei Nº 12.010, de 29 de julho de 2009, que se refere ao aperfeiçoamento da garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, diretriz já defendida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação de muitas destas está prestes a mudar.

Entre os muitos objetivos, um dos principais é a participação da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar em preferência ao institucional. Se esta medida não for indicada acontecerá o abrigamento, e neste caso a prioridade será reintegração da criança ou adolescente a uma família, seja esta biológica ou não, e em consequência que o convívio em sociedade seja mantido, fazendo com que estas não sejam mantidas em instituições de abrigamento por um período superior a 2 (dois) anos.

O objeto de estudo deste trabalho serão os abrigos para as crianças em situação de risco social, com idade de zero a seis anos incompletos, a chamada primeira infância. Mas por que a Primeira Infância? A resposta é simples. Porque é nessa faixa etária que a criança necessita de maiores cuidados e demonstração de afeto, é nessa época que as crianças desenvolvem física e intelectualmente, e podem chegar à metade do seu potencial intelectual. Sendo que no Brasil, cerca de 11% da população é formada por crianças de 0 a 6 anos.

As instituições de abrigamento têm caráter provisório e excepcional, como caracteriza o Estatuto da Criança e do Adolescente, e devem favorecer a inclusão do indivíduo a uma família e a sociedade. Nesta situação, por se tratarem de crianças em idade pré-escolar e possivelmente com a saúde e os direitos não cumpridos, busca-se suprir estes fatores, e de propiciar a criança um ambiente saudável para sua readaptação e reintegração a sociedade.

A escolha da cidade que localará o projeto dá-se pela diferença social existente, que não é visível a toda a sociedade, onde cerca de 25% da população sofre com a baixa renda. Há também a necessidade da melhoria das instalações atuais, que sofre com enchentes e a falta de espaços para atividades, e a adequação com os ideais previstos pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), de ter sob seus cuidados um número de 12 crianças por instituição.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

Elaboração de um projeto arquitetônico com a finalidade de abrigar crianças em situações de risco social.

2.2. Objetivos Específicos:

Criação de um equipamento comunitário para abrigar crianças em situações de risco, local onde estas sejam estabilizadas para que possam voltar ao convívio familiar, e junto a este, um equipamento que permita a integração dos abrigados a crianças em situação familiar regular.

- Fazer com que as crianças participem do convívio com a comunidade onde estão inseridas;
- Disponibilizar áreas adequadas para a visita de familiares, amigos, voluntários e interessados na adoção dos abrigados;
- Promover a sensação de lar para as crianças que lá vivem, mesmo que provisoriamente.

3. METODOLOGIA

Para um melhor entendimento, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: um breve histórico da situação das crianças desde o início da colonização brasileira até a atualidade e a legislação vigente, a real situação dos abrigos e exemplos, contextualização da cidade estudada e as crianças que nela residem, e por fim as intenções de projeto a serem desenvolvidas na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”.

A elaboração dessa análise contou com a utilização de bibliografias referentes ao tema (teses, dissertações, livros, artigos, etc.), consultas aos órgãos municipais e estaduais relacionados à criança e programas sociais (Ministério Público de Santa Catarina, Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Câmara de Vereadores, etc.), entrevistas, visitas ao local e debates com orientador.

4. BREVE HISTÓRICO DAS CRIANÇAS NO BRASIL

Sabe-se que crianças e adolescentes sofrem abusos e maus-tratos desde a vinda das embarcações portuguesas ao Brasil, onde meninos de nove anos eram “aptos” ao trabalho pesado, e meninas de quinze anos estavam prontas para o casamento. Quando chegavam ao destino final sem perecer, enfrentavam falta de higiene, fome, sede, fadiga, abusos sexuais e humilhações.

Até 1900, a Igreja era a principal responsável ao atendimento das necessidades sociais da população brasileira, que o fazia principalmente através das Santas Casas de Misericórdia, e não havia qualquer envolvimento do Estado. Somente em 1922, no Rio de Janeiro, foi instalada a primeira instituição pública que atendesse crianças e adolescentes. No ano de 1942, o Ministério da Justiça criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), com ênfase para programas de correção para menores infratores.

A sociedade lutou durante anos contra o SAM, por causa de suas práticas repressivas, e no ano de 1964 – durante o regime militar – é estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), com o intuito de dar assistência aos menores, criando uma política de bem-estar para crianças e adolescentes.

Em 1979, foi instalado o Código de Menores, que tinha como objetivo a proteção e a vigilância das crianças e adolescentes considerados em situação irregular e se constituía num único conjunto de medidas destinadas, sem distinção, a menores de 18 anos autores de ato infracional, carentes ou abandonados.

A Constituição Federal, homologada em 1988, representou um avanço na garantia dos direitos básicos das crianças e adolescentes, onde contempla a proteção integral a crianças e adolescentes, além de introduzir na base legal brasileira o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde.

Enfim, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990, são garantidos os direitos de proteção integral, constituindo-se na única legislação no contexto latino-americano adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança.

4.1. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado em 13 de julho de 1990 a fim de proteger integralmente a criança e o adolescente, respeitando os direitos à vida e saúde, à liberdade, ao respeito e dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. Estes direitos devem ser assegurados pela família, comunidade e sociedade em geral e pelo poder público, como afirma o Art. 4º do ECA.

Mesmo com a criação do ECA, em algumas ocasiões estes direitos não são cumpridos, pode-se ter como exemplo o Art. 23, que afirma que o menor não pode ser retirado do convívio familiar devido a falta de recursos materiais (principal razão de abrigamento citada em pesquisas e entrevistas), e que a família necessitada deve ser encaminhada a programas oficiais de auxílio, o que também não acontece.

Outro ponto que não é cumprido é o parágrafo único do Art. 101, onde se afirma que o abrigamento é uma medida provisória e preparatória para o retorno à família original, ou ao encaminhamento a uma família substituta, mas infelizmente esta não é a realidade, pois o período médio de abrigamento, de acordo com o levantamento do IPEA, varia entre 2 a 5 anos, e há um grande número de casos de reincidência.

4.2. Nova Lei de Adoção

Com as falhas existentes quanto ao cumprimento da Lei citada no item anterior, buscou-se, com a criação da Lei nº 12.010, de 29 de julho de 2009, a fim de aperfeiçoar

o sistema que garantia o direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes.

Esta nova Lei tem como intuito assegurar que toda criança cresça em família, através revisão da necessidade do abrigo de milhares de crianças e adolescentes que são direcionados a abrigos de permanência continuada sem antes a inserção das famílias das mesmas a programas sociais de auxílio, e assim acabar com o prolongamento da sua estadia nos mesmos, não a tornando superior ao período de dois anos.

Para que isto seja possível, as instituições de abrigo são obrigadas a gerar relatórios semestrais informando a situação atualizada dos abrigados, fazendo com que desta maneira, as autoridades judiciárias competentes possam reavaliar a necessidade do abrigo, e a possível reintegração familiar ou em família substituta.

Sabe-se que as leis rígidas até então existentes no ECA e a demora na destituição do poder familiar são grandes empecilhos para a formalização da adoção no Brasil. Por esta razão, a Nova Lei de Adoção veio para organizar esse processo, criando banco de dados Nacionais tanto das crianças e adolescentes disponíveis para adoção, quanto para pessoas interessadas em adotar, e reavaliando a situação familiar dos abrigados, para homologar a destituição do poder familiar quando necessário.

4.3. Estágios da Infância

A infância é um período no qual a criança cresce fisicamente e matura-se psicologicamente. Sua principal atividade é a brincadeira, que ajuda o desenvolvimento intelectual e da coordenação motora. Do nascimento até o início da adolescência, os pais são os principais responsáveis e modelos da criança, com quem elas aprendem, principalmente por imitação.

0 a 18 meses: são totalmente dependentes dos pais ou terceiros (locomoção, alimentação e higiene), mas é durante esse período, de crescimento rápido, que o bebê aprende atos básicos de locomoção como sentar, engatinhar e andar, e de comunicação, soltando suas primeiras palavras.

18 meses a 3 anos: é um período de desaceleração do seu crescimento, quando comparado com os primeiros 18 meses de vida, e a criança pode correr sozinha curtas distâncias, comer sem a ajuda de terceiros, e falar algumas palavras que têm significado. Até chegar aos 3 anos de idade, a criança passa a compreender melhor o mundo ao seu redor e regras estabelecidas, além de já formar frases completas e corretas gramaticalmente, pois seu vocabulário é de aproximadamente mil palavras.

3 a 4 anos: são altamente ativas e exploram tudo a sua volta, e já desenvolvem aspectos básicos de responsabilidade e independência. É nesta faixa etária que as crianças geralmente deixam de usar fraldas e passam a se identificar com outras pessoas, inclusive formando laços de amizade.

5 a 9 anos: é o período marcado pelo desenvolvimento psicológico da criança. Esta continua a se desenvolver fisicamente, lenta e gradualmente, mas acima de tudo elas se desenvolvem e amadurecem socialmente, emocionalmente e mentalmente, já sabendo inclusive, discernir se uma ação é certa ou errada e procuram diversas soluções para o mesmo problema. No Brasil, as crianças são inseridas na escola a partir dos 5 anos de idade, a vida social dela passa a ser cada vez mais importante, e havendo comparações entre as mesmas que afetam sua auto-estima.

10 anos, pré-adolescência: intensas mudanças físicas e psicológicas, passam a ter mais responsabilidades (deveres), ao mesmo tempo em que passam a querer e exigir mais respeito de outras pessoas - particularmente dos adultos. A participação em grupos de gostos similares é muito importante e começam as preocupações quanto a aceitação do grupo, sendo que estes, quando sentem-se rejeitados pela sociedade, podem desencadear problemas psicológicos como por exemplo: a depressão e a anorexia. Este período é marcado pelo início da puberdade, marcada principalmente pelo aumento do ritmo de crescimento corporal e pelo amadurecimento dos órgãos sexuais.

5. RETRATO DOS ABRIGOS ATUAIS E SUAS MODALIDADES

5.1. Características dos Abrigos no Brasil e região Sul

Aproximadamente 20 mil crianças e adolescentes vivem hoje em 589 abrigos do Brasil. O número representa apenas as entidades cadastradas na Rede SAC (Serviços de Ação Continuada), do Ministério do Desenvolvimento Social. Fazendo uma comparação, dos 5561 municípios brasileiros, apenas 327 são atendidos pela Rede, o que representa 5,9% do total de municípios do país, uma realidade de atendimento pequena, em vista da necessidade.

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) do Governo Federal realizou, no ano de 2003, um levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes cadastrados na Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) do Ministério da Assistência Social. Através desta pesquisa foi possível ter uma estimativa das características dos abrigos e seus ocupantes inseridos na realidade brasileira.

De acordo com o IPEA, a região Sul do Brasil tem 122 abrigos cadastrados na Rede SAC/Abrigos (20,7%), e Santa Catarina possui 23 abrigos, apenas 3,9% deste número. A grande parte das instituições analisadas na região Sul pode ser definida como recente (posterior a 1990), não-governamental, com influência religiosa, de permanência

continuada, não possuem exclusividade de atendimento, tem números abaixo da sua capacidade.

Além do abrigo, estas instituições realizam outros programas e atividades complementares para as crianças e adolescentes e para comunidade, destacando-se:

- atividades no turno complementar ao da escola para crianças e adolescentes da comunidade (40,7% dos abrigos);
- apoio psicológico e/ou social a famílias de crianças e adolescentes carentes (38,4%);
- cursos de profissionalização (32,8%);
- escola (23,1%);
- creche (21,6%);
- pré-escola (19,9%).

Tabela de Atividades Oferecidas por Região:

Outras atividades oferecidas	Regiões brasileiras					BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Desenvolve outros tipos de atividade	80,0	73,2	64,7	62,3	61,0	66,2
Atividades no turno complementar ao da escola	40,0	65,9	60,4	68,4	52,0	61,5
Apoio psicológico e/ou social a famílias de crianças/ adolescentes carentes	70,0	56,1	61,0	50,0	56,0	57,9
Profissionalização/ cursos	50,0	61,0	41,7	56,6	48,0	49,5
Escola	45,0	42,7	25,7	35,5	68,0	34,9
Creche	25,0	24,4	36,9	31,6	36,0	32,6
Pré-escola	20,0	25,6	31,6	28,9	44,0	30,0
Atividades culturais	5,0	4,9	9,6	1,3	12,0	6,9
Formação religiosa	0,0	2,4	2,7	0,0	8,0	2,3
Atenção à saúde	0,0	1,2	3,2	0,0	4,0	2,1
Acompanhamento/reforço/complementação escolar	0,0	1,2	3,2	0,0	4,0	2,1
Programa de atenção/prevenção ao uso de drogas	5,0	0,0	0,5	1,3	0,0	0,8
Outras atividades	10,0	9,8	8,0	9,2	4,0	8,5
Não desenvolve outros tipos de serviços	20,0	18,8	29,4	32,0	24,4	27,2
Não sabe/não respondeu	0,0	8,1	5,9	5,7	14,6	6,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

5.2. Modalidades de Abrigamento

O Parágrafo Único do Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente diz:

“o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. (ECA, 1990)

Casa-lar ou abrigo domiciliar: com estrutura de uma residência privada, a casa pode ser de propriedade ou alugada pela instituição responsável pelo programa. Pode ser coordenada por casal social, pais sociais, mãe social ou, ainda, por educadores havendo revezamento de horários, sendo sugerido o atendimento máximo de 12 crianças e adolescentes.

República: como as casas-lares, a república é uma casa comum, sem placas, ficando o dirigente da instituição responsável pelos móveis, alimentação, manutenção e equipamentos. É geralmente direcionada a adolescentes maiores de 18 anos de idade, que não possuem condições de retorno à família de origem e a quem não foi direcionado, até o momento, família substituta.

Casa de passagem, acolhida, transitória, albergue: é uma estrutura destinada, na maioria dos casos, a meninos de rua geralmente encaminhados por profissionais educadores, na busca por construir relação de confiança e afeto para posterior estudo de viabilidade de retorno à família de origem ou outros encaminhamentos. Não possui regime de abrigo, apesar de oferecer proteção, alimentação, cuidados básicos com higiene e segurança, orientação de profissionais habilitados como assistentes sociais, psicólogos, arte, educadores, pedagogos, e etc.

Abrigo institucional: é modalidade que atende ainda grande número de crianças e adolescentes, com dificuldades de proporcionar-lhes o devido atendimento individualizado e em pequenos grupos. Observa-se distanciamento da vida comunitária de origem da criança e adolescente, bem como a crescente fragilidade ou rompimento dos vínculos com a família de origem.

Família acolhedora: trata-se de um indivíduo ou família já constituída que se propõe a receber em sua casa criança e/ou adolescente, assumindo, sob termo de responsabilidade, as atribuições relativas ao guarda.

Todas as instituições, não dependendo da modalidade de abrigamento, são responsáveis pela sua manutenção e captação de recursos, e sempre devem contar com o acompanhamento e controle do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar, do Ministério Público, do Juizado da Infância.

5.3. Perfil das Crianças Abridadas

De acordo com o levantamento realizado pelo IPEA, os abrigos da Rede SAC atendem cerca de 20 mil crianças e adolescentes que são, na maioria, meninos (58,5%), afro-descendentes (63,6%) e têm entre sete e 15 anos de idade (61,3%). O período de permanência da maioria dos abrigados varia entre sete meses a cinco anos (55,2%), sendo que a parcela mais significativa (32,9%) se encontra nas instituições há um período de dois a cinco anos.

Dentre as razões mais citadas, como motivo de abrigamento, está a pobreza (24,2%), seguida pelo abandono (18,9%), a violência doméstica (11,7%), a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%), a vivência de rua (7,0%), e a orfandade (5,2%). Nota-se que apesar do Art. 23º do Estatuto da Criança e do Adolescente afirmar que não pode haver a retirada da criança ou adolescente do convívio familiar por falta de condições materiais, esta é a razão mais citada, mas é importante destacar que a pobreza, se associado com outros fatores pode justificar o abrigamento.

Tabela de Abridados por grupos de Idade:

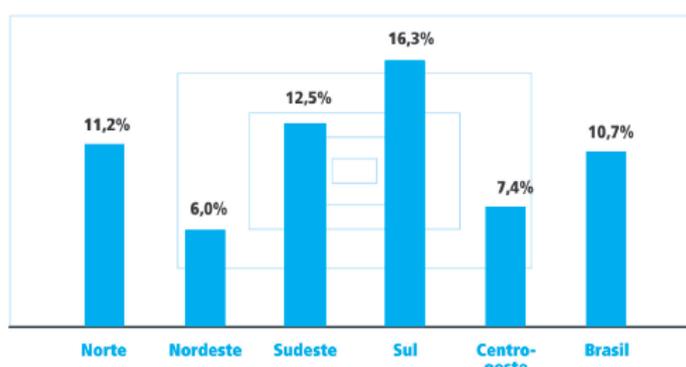
Brasil: crianças e adolescentes abrigados por grupos de idade

Idade (em anos completos)	Regiões brasileiras					BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
0 a 3 anos	16,3	7,6	14,4	12,1	9,1	11,7
4 a 6 anos	12,4	9,1	15,1	10,6	10,4	12,2
7 a 9 anos	15,8	20,2	18,8	17,3	19,9	19,0
10 a 12 anos	17,1	23,8	20,4	22,2	23,3	21,8
13 a 15 anos	22,0	23,2	18,6	20,7	20,5	20,5
16 a 18 anos	14,5	12,5	11,1	12,3	12,6	11,9
Mais de 18 anos	1,8	2,4	1,6	4,1	2,1	2,3
Sem informação	0,0	1,1	0,1	0,6	1,8	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Tabela de Abridados Disponíveis para Adoção:

Brasil-grandes regiões: proporção de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

A grande maioria dos abrigados tem família (86,7%), sendo que 58,2% mantêm vínculos familiares e apenas 5,8% estão impedidos judicialmente de contato com os familiares. Além disso, o principal motivo para a não reinserção do abrigado ao convívio familiar é também a condição sócio-econômica da família. .

Como é citado no Art. 55° do ECA, “é obrigação dos pais ou responsáveis matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Em cumprimento desta, a maioria das crianças e dos adolescentes abrigados estão inseridos no sistema escolar, registrando-se que 66,8% das crianças entre 0 e 6 anos frequentam creche e 97,1% dos que têm entre 7 e 18 vão à escola, mas também registra-se que o percentual de analfabetos entre os adolescentes de 15 a 18 anos é alto: 19,2%.

Em Santa Catarina, cerca de 1.500 crianças e adolescentes vivem em 92 abrigos no estado, sendo que apenas 23 deles são cadastrados na Rede SAC, e foram encaminhadas a estas instituições pelo Juizado da Infância, Conselho Tutelar, família biológica ou outros, e a realidade é que apenas 16,3% dos abrigados na região Sul do Brasil estão aptos a serem adotados.

6. CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

6.1. Contexto Regional

Balneário Camboriú é um município situado no litoral do estado de Santa Catarina, sob as coordenadas 26°59'26" de latitude Sul e 48°38'05" de longitude Oeste. A área do município é de 46 km², com uma densidade habitacional de 2.219,1 hab./km², e se encontra a uma altitude de 2 metros acima do nível do mar. De acordo com o IBGE, sua



Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

população estimada em 2009 é de 102.081 habitantes, sendo que destes, aproximadamente 11,48% são crianças de 0 a 6 anos. É distante cerca de 10 km da cidade de Itajaí, 64 km de Blumenau, 81 km de Florianópolis, e 95 km de Joinville.

A cidade de Balneário Camboriú faz parte da Microrregião de Itajaí, pertencente à Mesorregião do Vale do Itajaí, possui uma área total de 1.452,289 km², e está dividida em doze municípios: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Porto Belo, São João do Itaperiú. Faz divisa com as seguintes cidades: Camboriú, Itajaí e Itapema.

A cidade possui dois meios de acesso terrestre, o primeiro e mais utilizado, é o acesso pela BR-101, e outro pela Rodovia Osvaldo Reis que a liga diretamente a vizinha Itajaí.

Balneário Camboriú está dividida politicamente em 14 áreas: o centro da cidade, 12 bairros e a região das praias agrestes:

Centro: compreende a porção mais urbanizada e ao mesmo tempo mais diversificada da cidade. Onde se concentram atividades comerciais, equipamentos de lazer, além da praia central. Nesta área foi implantado o primeiro hotel de madeira na Avenida Baturité Campos (hoje calçada da Avenida Central) com a Avenida Atlântica; a construção do primeiro hotel em alvenaria na Avenida Atlântica com a Rua 1800 e o primeiro hotel com banheiro nos quartos, o que era um luxo para a época, também na Avenida Atlântica.

Bairro Ariribá: está localizado ao norte, fazendo divisa com o município de Itajaí, caracterizada por apresentar uma topografia mais acidentada do que o restante do município. O nome Ariribá é originado de “araribá”, árvore que chega a atingir até 25 metros de altura, podendo ser encontrada dentro da região como araribá-amarelo.

Bairro da Barra: esta localidade é a que melhor mantém a tradição de seus colonizadores. Este bairro faz a ligação da Linha de Acesso a todas as praias do sul do município.

Bairro dos Estados: com a necessidade da construção de casas populares, a Prefeitura Municipal desapropriou terras que faziam divisas com o município de Camboriú. O bairro recebeu esse nome em decorrência de todas as suas ruas terem nomes dos estados brasileiros. Nesse bairro está localizado o Terminal Rodoviário inaugurado em 20 de julho de 1988.

Bairro Jardim Iate Clube: foi desmembrado do Bairro dos Municípios e Vila Real. Sua localização é à oeste do município, também margeado pelo Rio Camboriú.

Bairro dos Municípios: bairro localizado a oeste de Balneário Camboriú. É nesse bairro que se encontra o Campus II da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Sua denominação deu-se em consequência da lógica de nomenclatura do bairro dos Estados e Bairro das Nações.

Bairro das Nações: foi o primeiro a ser escolhido pelos imigrantes com baixa renda, que mais tarde vieram a construir suas casas. Esta iniciativa deu-se em decorrência da localização longínqua do centro da cidade.

Bairro da Nova Esperança: bairro localizado ao sul do município. Local de antigos caminhos para se chegar aos municípios vizinhos de Itapema e Camboriú. Sua denominação deu-se em virtude do grande número de famílias imigrantes que ali fixaram residência com a esperança de uma vida melhor. Nesse bairro encontra-se o parque de exposição da SANTUR.

Bairro dos Pioneiros: está localizado a leste do município, entre a Avenida do Estado e a Avenida Atlântica. Neste bairro foi instalada a primeira escola da cidade.

Bairro São Judas Tadeu: localizado ao sul, foi o último a ser criado.

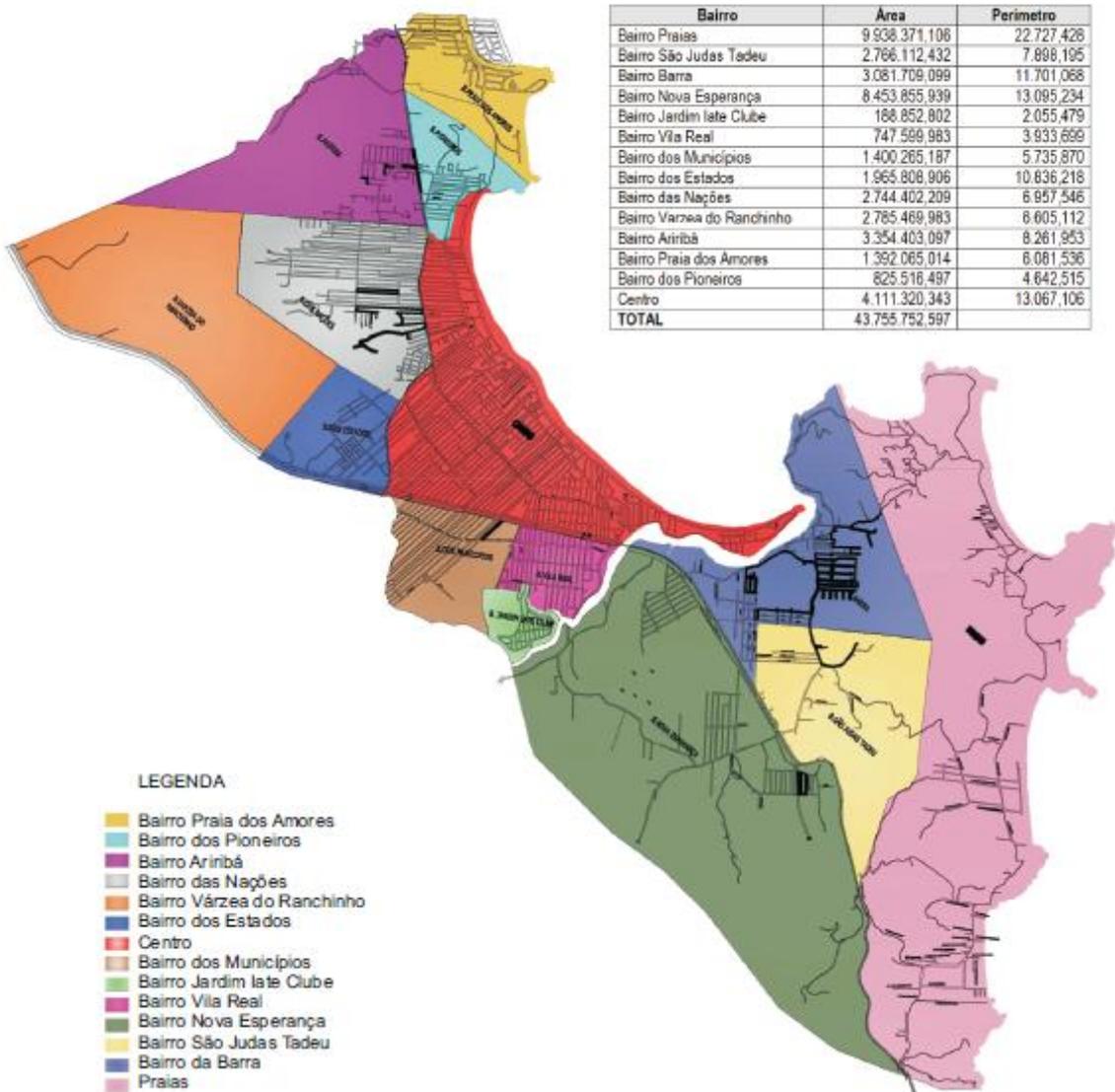
Bairro Praia dos Amores: localizado a leste, faz divisa com Itajaí. Sua denominação foi escolhida por hábitos constantes dos jovens casais enamorados.

Bairro Várzea do Ranchinho: localizado ao norte da cidade, é o bairro mais afastado do centro e faz divisa com o município de Itajaí. O nome Várzea denomina-se por terras férteis às margens de um riacho, onde um fugitivo da guerra do Paraguai construiu um rancho.

Bairro Vila Real: está localizado ao sul e é margeado pelo Rio Camboriú. Seus moradores caracterizam-se por pescadores ou descendentes. Foi denominado assim em virtude de um acontecimento ligado a história, quando um número grande de

açorianos que ali fixaram residência, resolveram homenagear uma localidade do centro de Portugal que se chamava Vila Real. Nesse bairro está situada a via Gastronômica.

Mapa da Divisão Política de Balneário Camboriú:



6.2. Contexto Histórico

A história de Balneário Camboriú é recente, visto esta ter sido emancipada em 1964, mas remonta sua ocupação de longa data, e cedo revelou seu potencial turístico.

Os primeiros de que se tem notícia são os índios das tribos Carijós e Botocudos, cuja presença é comprovada pelo seu legado na forma de objetos variados, como ossadas de peixes, aves e animais, ferramentas e armas, flechas, cerâmica, vasos e outros artefatos de barro cozido, hoje expostos no Parque Balneário.

Oficialmente, o primeiro morador de Camboriú acredita-se ser Baltasar de Pinto Corrêa, que em 1826, vindo de Porto Belo, estabeleceu às margens do rio sua área de terra para cultivo (mandioca, milho, feijão e amendoim) e moradia que lhe foi cedida pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

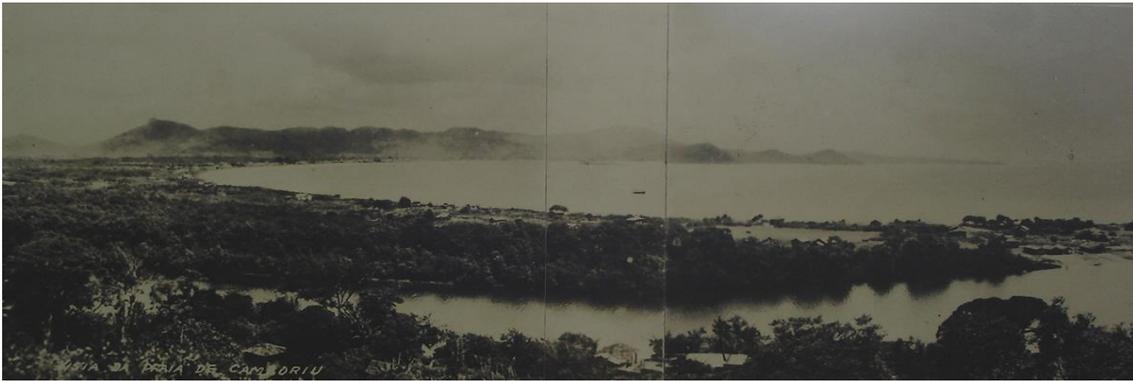
Por volta de 1840, a Arquidiocese de Florianópolis autoriza à construção de uma Igreja (Patrimônio Histórico Municipal e Estadual desde 1998), mas a obra somente foi iniciada em 1849, no local conhecido como Arraial do Bom Sucesso (atual Bairro da Barra).

Em 1860, o Arraial é elevado à categoria de Freguesia, em decorrência da construção da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, feita em argamassa de pedras brutas e óleo de baleia por mãos escravas. O vilarejo, que ao mesmo tempo foi o início das cidades de Camboriú e Balneário Camboriú, pertenceu anteriormente a Porto Belo e Itajaí.

Em 05 de abril de 1884, através da Lei nº 1.076, foi criado o MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ que tinha como sede a localidade da Barra. Seu território era de 1.200 km² e tinha como limites: Tijucas ao sul, Brusque a oeste, Itajaí ao norte e o Oceano Atlântico ao leste.

Itajaí, sendo o grande centro comercial da região, era o destino dos antigos comerciais. Em 1909, foi iniciada a construção de uma estrada que ligasse Camboriú a Itajaí, especialmente para que a safra de café e as pedras de granito e mármore chegassem até o porto, e inaugurada em 1920 com uma passeata que contou com a presença do próprio Hercílio Luz.

A praia de Camboriú permaneceu com sua paisagem praticamente intacta até 1925. Foi a partir de 1926 que esse cenário começou a mudar e casas despontaram no centro da praia, ocupadas principalmente pelos teuto-brasileiros do Vale do Itajaí, importante origem de turistas no início do século. Através deles começavam a ser praticadas as primeiras excursões de fins de semana, e a praia tornou-se conhecido ponto de lazer.



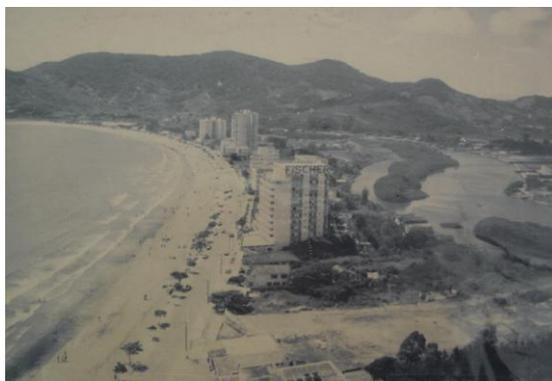
Barra Sul (década de 20)
Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Barra Sul (década de 40)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Barra Sul (década de 70)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Barra Sul (década de 80)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Barra Sul (década de 90)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Barra Sul (ano de 2008)
Fonte: www.flickr.com/danielmanse

A instalação do primeiro Hotel em Balneário Camboriú, em 1928 por Jacó Schmidt, tornou-se importante pólo comercial, atraindo a sua volta toda sorte de comércio. Tratava-se de uma construção singela de madeira, que em 1934 foi demolida e deu lugar ao Hotel Miramar, ainda hoje em funcionamento.

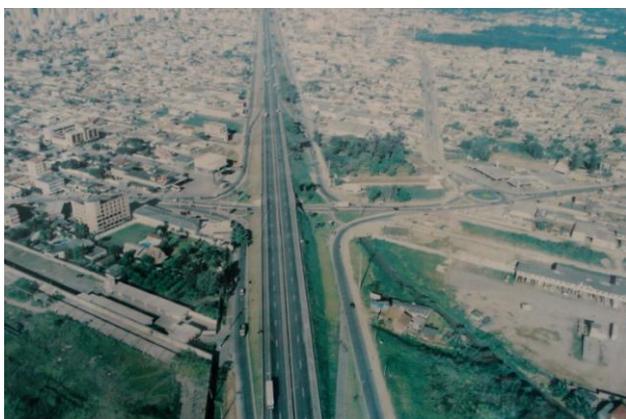
Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), os alemães mantiveram-se afastados da Praia de Camboriú para não serem hostilizados, já que o exército brasileiro usou os hotéis e as moradias do local como observatórios da costa brasileira. Com o fim do conflito, o fluxo turístico foi reiniciado.

Foi a partir da década de 50 que loteamentos começaram a ser implantados, e tinha como critério a dimensão das testadas das faixas de terras perpendiculares à praia, com 8 metros de caixa e sem previsão de passeio com lotes em ambos os lados, e normalmente com poucas ruas transversais.

Antes mesmo da autonomia política, lá já existia escola primária, agência postal e cartório de registro civil. Já em 1959 é criado o distrito de Praia de Camboriú, e logo após, em 1964 é instituído como Município de Balneário Camboriú.

Em outubro de 1965 começa a implantação dos 6300 metros de muro de arrimo para a construção do que seria atualmente a Avenida Atlântica.

No início da década de 70, além da construção da BR-101, foi aprovado o plano diretor para o município, a partir deste vieram projetos de importantes edifícios, e nota-se que a população fixa de Balneário Camboriú começa a aumentar, demonstrando assim um crescimento no setor da construção civil, mas os setores de comércio serviços da região ainda se encontravam concentrados em Itajaí.



Rodovia BR-101 (2003)

Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú

No final da década de 80, o Plano Diretor do município é alterado com a Lei n 885/89. Nesta década, a construção civil alcançou níveis muito altos de crescimento, pois os investimentos imobiliários eram considerados uma maneira de resguardar o capital frente à tão frágil situação econômica que o país vivia naquele momento. (CASTRO, 2005)

Em busca de um lugar com elevada qualidade de vida para morar, milhares de pessoas migraram para a cidade, e os investimentos no setor imobiliário continuaram em ritmo acelerado. No ano de 2002 foi publicado pela Organização das Nações Unidas que Balneário Camboriú estava entre as 10 melhores cidades do Brasil em de qualidade de vida, e de acordo com o IBGE, também se encontrava entre os 10 municípios com as maiores taxas de crescimento.



Av. Atlântica (década de 40)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Av. Atlântica (década de 70)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Av. Atlântica (década de 90)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú



Av. Atlântica (ano de 2001)
Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú

6.3. Contexto Econômico

Por muito tempo o município de Camboriú foi o principal produtor de café do Estado, encontrando um lugar ideal para o seu desenvolvimento. A exploração das jazidas de mármore, granito e calcário também se destacaram na atividade econômica. A agricultura era valorizada e a faixa litorânea desprezada.

Em 1926 começaram a surgir as primeiras casa de veraneio, e em 1928 o primeiro hotel da cidade, mas desde a emancipação de Balneário Camboriú, a atividade econômica que mais se destaca é o turismo. Atualmente, são cerca de 100 hotéis, 350 imobiliárias e 1035 edifícios de classe média e alta, com inúmeros leitos possíveis para acomodar a demanda existente.

Durante o ano a procura por Balneário Camboriú é não apenas por brasileiros, mas também por turistas da América Latina, América do Norte e alguns países da Europa. Além disso, destacam-se o comércio, a prestação de serviços, variadas casas de gastronomia e uma vida noturna agitada.



Vista Panorâmica de Balneário Camboriú.

Fonte: Acervo Histórico de Balneário Camboriú.

A sua economia também é voltada para a construção civil, ramo que mais cresceu na década passada, supervalorizada com média de R\$ 3.000 reais o metro quadrado.

Possui também um completo campo educacional, incluindo 14 cursos universitários oferecidos pelo campus da Univali na cidade, e cerca de 25 pelo campus principal, localizado à 10km, no município de Itajaí, além de outras pequenas faculdades na região.

6.4. As Crianças e o Abrigo na Cidade

Apesar de apresentar elevados IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil), respectivamente 0.867 (2000) e 0.854 (2004) não é a totalidade do município que se inclui nesses altos níveis sociais.

A situação atual do abrigo para crianças e adolescentes de Balneário Camboriú não é precária, mas possui questões relevantes a serem estudadas, como enchentes decorrentes das fortes chuvas dos últimos meses, e a falta de espaço para atividades básicas e específicas.

Em novembro de 2008, as intensas chuvas ocorridas trouxeram grandes prejuízos, dentre estes, a perda de roupas, móveis, materiais de limpeza e alimentos, além da necessidade de abrigar as crianças nas casas dos monitores que trabalham na casa, pois segundo relatos, as águas estavam na altura das janelas, e não havia condições de continuar abrigando as crianças.

A Casa da Criança do Brasil abriga atualmente 16 crianças, mas este número já chegou a 34, sendo que a estrutura da casa suportaria até 30 internados. O número de abrigados varia todos os dias, através da entrada e saída de crianças com determinação do Ministério Público. Alguns retornam as suas famílias originais, uns são encaminhados para famílias tutoras, e outros, em último caso, são adotados.

A instituição além de cuidar das crianças, ainda proporciona a toda a população de Balneário Camboriú várias atividades para crianças e adultos, possui também uma biblioteca comunitária, com um acervo superior a 4.700 livros, revistas e outros materiais. Mas possui também uma escassez de locais adequados para atividades em grupo e espaços para lavanderia e almoxarifado. Estas novas estruturas devem ser seguras, para não haver mais perdas de materiais, a danificação dos espaços ou a necessidade de realocar as crianças abrigadas.

Imagens:



Dormitório feminino, a partir de 6 anos.
Fonte: acervo pessoal.



Dormitório feminino, a partir de 6 anos.
Fonte: acervo pessoal.



Dormitório masculino, a partir de 6 anos.
Fonte: acervo pessoal.



Armário de sapatos.
Fonte: acervo pessoal.



Falta espaço de depósito.
Fonte: acervo pessoal.



Dormitório misto, até 5 anos.
Fonte: acervo pessoal.



Dormitório misto, até 5 anos.
Fonte: acervo pessoal.



Berçário.
Fonte: acervo pessoal.



Lavatório do Berçário.
Fonte: acervo pessoal.



Armário do Berçário.
Fonte: acervo pessoal.



Chuveiros Fem. e Masc.
Fonte: acervo pessoal.



Lavatórios Fem. e Masc.
Fonte: acervo pessoal.



Sanitários Fem. e Masc.
Fonte: acervo pessoal.



Sala de Estar e TV.
Fonte: acervo pessoal.



Refeitório e Cozinha .
Fonte: acervo pessoal.



Refeitório.
Fonte: acervo pessoal.



Fundos do Lote, Rio Camboriú.
Fonte: acervo pessoal.



Antiga Lavanderia.
Fonte: acervo pessoal.



Administração, Biblioteca e Playground.
Fonte: acervo pessoal.



Playground.
Fonte: acervo pessoal.



Biblioteca
Fonte: acervo pessoal.



Fachada Lateral.
Fonte: acervo pessoal.



Casa do Adolescente
Fonte: acervo pessoal.

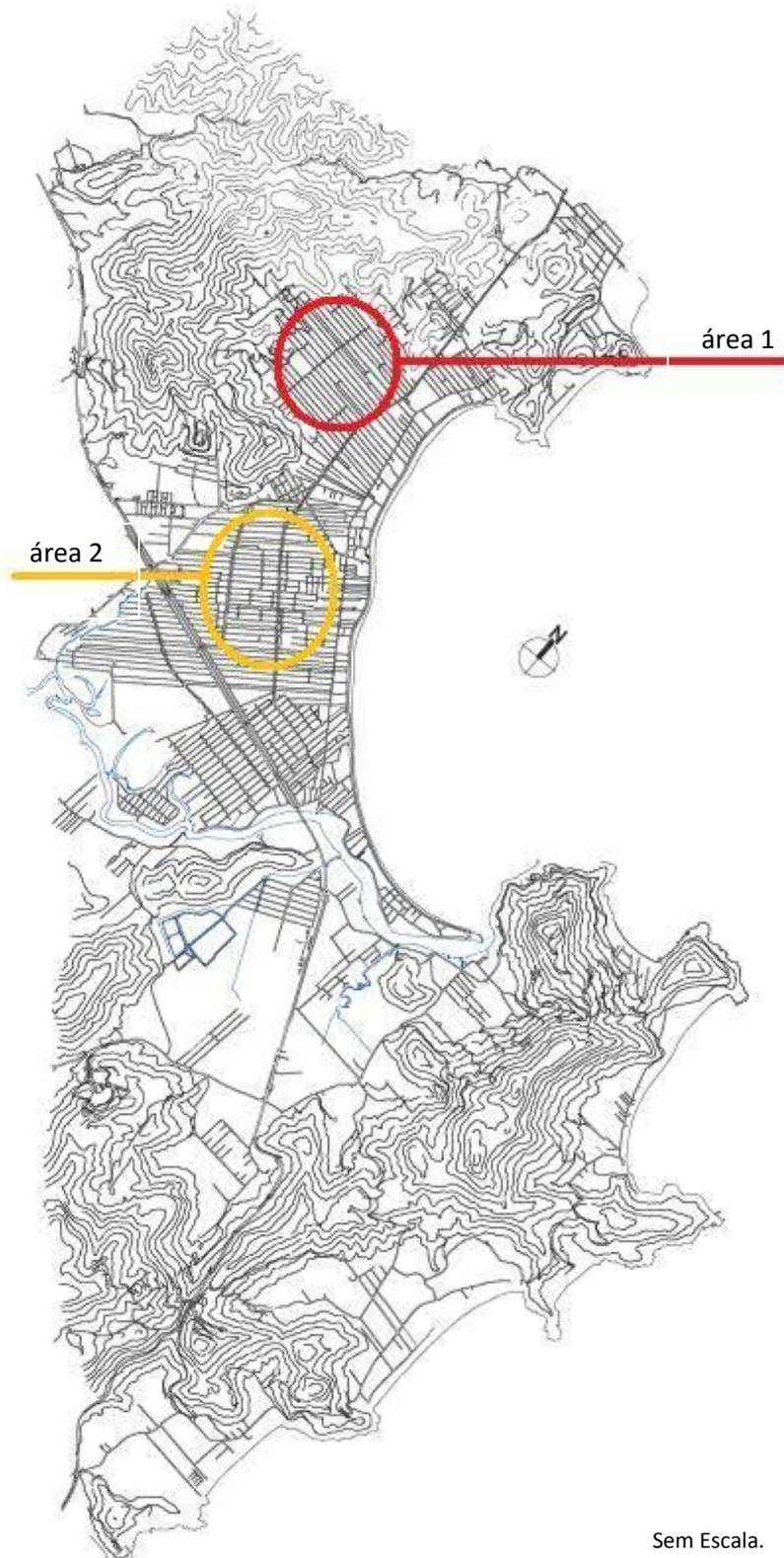


Materiais em geral, perdidos em Nov/08
Fonte: acervo pessoal.

6.5. Análise da Área para Implantação

Esta análise foi feita com base em visitas ao município, e a observação de terrenos vazios nas pretendidas áreas de estudo.

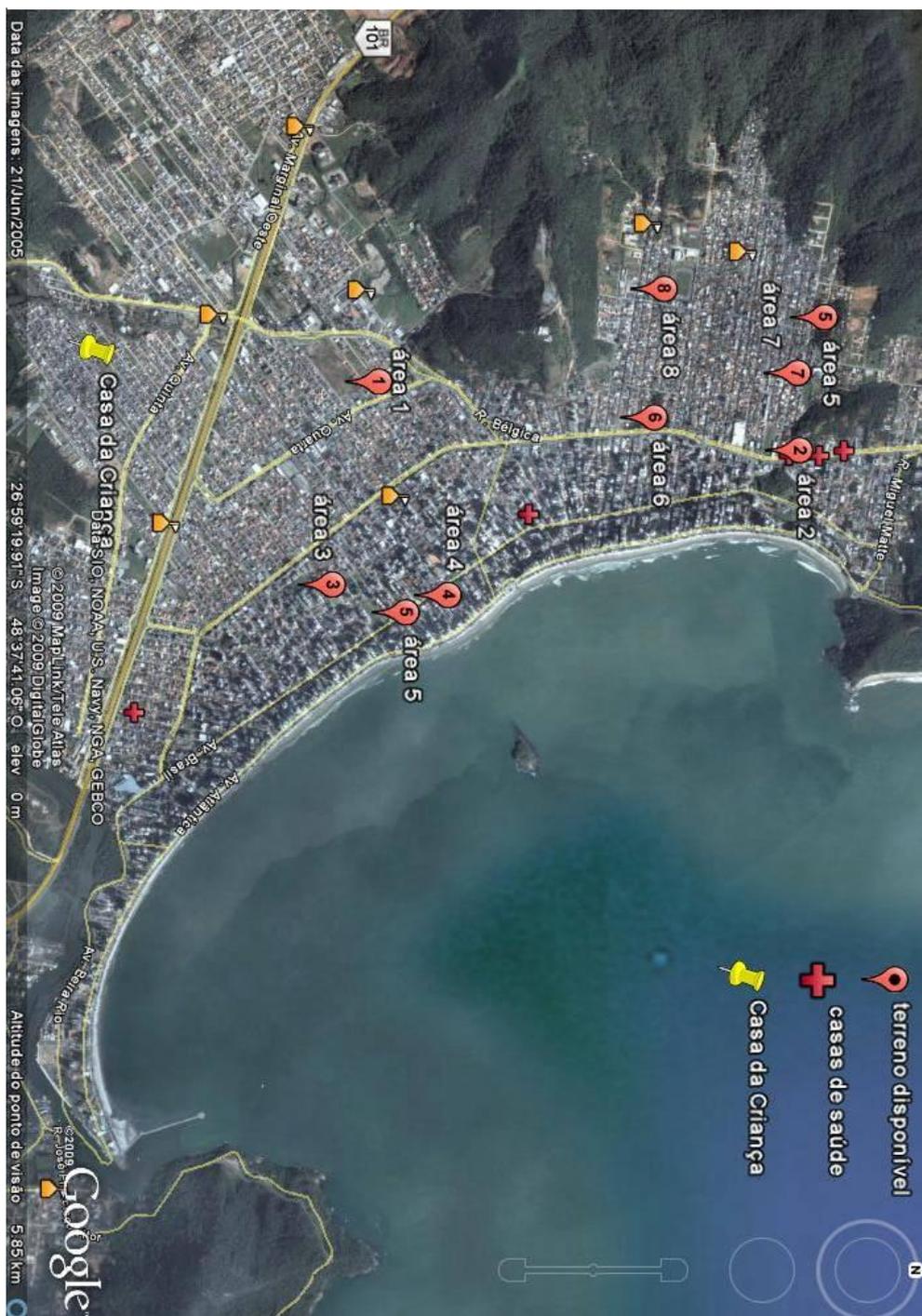
Mapa Geral de Balneário Camboriú, com possíveis áreas de intervenção:



De acordo com estudos de insolação, a área 1 (em vermelho) é a mais adequada para a instalação do equipamento em estudo, pois esta oferece insolação e ventilação adequadas e é uma região residencial calma da cidade, sem muitos atrativos turísticos, mas com suporte e fácil acesso a toda a cidade, além de ser visível a todo o município.

A área 2 (em amarelo), também pode ser considerada uma boa opção em questão de insolação e ventilação, e oferece tantas qualidades quanto a primeira opção. É uma região mista, de tráfego e comércio intensos, mas também com suporte, de fácil acesso, e com visibilidade à comunidade.

Mapa Geral de Balneário Camboriú, com possíveis áreas de intervenção:



Foram pontuados alguns terrenos vazios para a possível implantação, como demonstra a segunda imagem, mas estes serão melhor analisados na segunda etapa do trabalho.

Estas questões de qualidade, acessos e suporte no local são de extrema importância devido ao aumento da população e de veículos durante a temporada de verão, com a relação de necessidade de locomoção para escolas, hospitais e a visitação de familiares.

7. EXEMPLOS

Através de pesquisas relacionadas ao tema, pode-se observar que existem poucos exemplos de arquitetura para espaços de abrigo de crianças e adolescentes em risco social, mas muitos são os programas sociais e atividades diversas que integram ao objeto de estudo ao convívio em comunidade e a reinserção na sociedade.

7.1. Arquitetônicos

Aldo Van Eyck – Orfanato de Amsterdã 1960

Este orfanato foi criado para ser uma idéia principal de um plano para o desenho do ambiente urbano, mas não foi o que aconteceu, para frustração do arquiteto. Atualmente, não é mais utilizado como espaço de abrigo.



Vista da Entrada.

Fonte: <http://www.flickr.com>



Vista Geral.

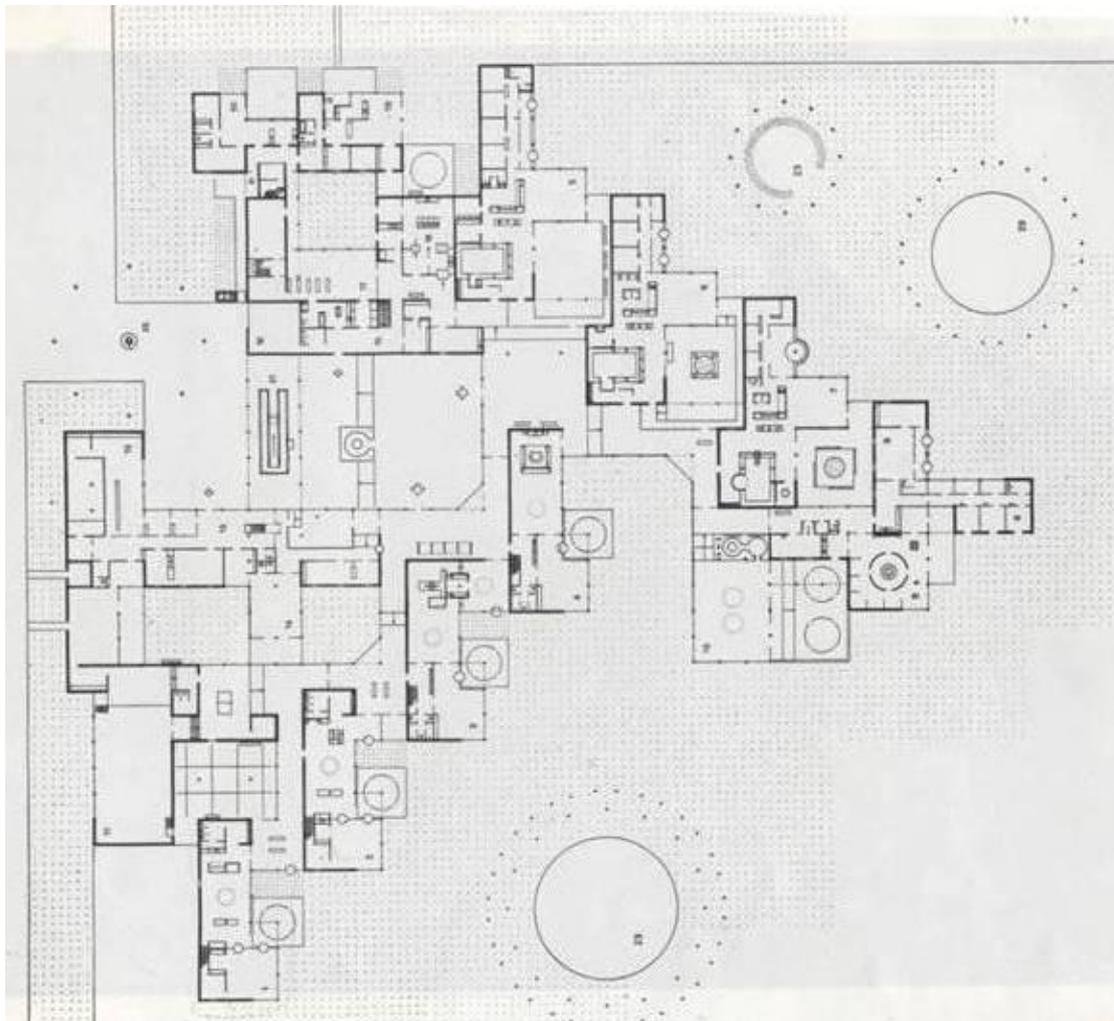
Fonte: <http://www.flickr.com>



Espaço de Encontro e Estar.

Fonte: <http://www.flickr.com>

Possui estrutura para pouco mais de 100 crianças, e a repetição dos blocos é uma forma de criar identidade para o todo. Sua circulação é diagonal, e cria “espaços entre espaços”, utilizados como áreas de encontro e lazer.



Planta Baixa

Fonte: <http://www.cleandesign05.co.uk>

Espaços Variados

A imaginação das crianças não tem barreiras, não importando o quão pobre, monocromático ou sem atrativos o ambiente seja, elas sempre encontram uma maneira de brincar. Sejam pedras, galhos, grama, água e principalmente com outras

crianças, há sempre uma idéia criativa para transformar qualquer coisa em algo divertido.

Imagens:



Loja de livros em Beijing, formas lúdicas.
Fonte: <http://www.thecoolhunter.net>



Espaço de recreação para crianças em restaurante.
Fonte: <http://www.thecoolhunter.net>



Loja de livros em Beijing, formas variadas
Fonte: <http://www.thecoolhunter.net>



Playground integrado com edificação.
Fonte: <http://www.thecoolhunter.net>



Espaço em que as crianças podem usar a criatividade para brincar.
Fonte: <http://www.thecoolhunter.net>

7.2. Atividades e Programas Sociais

Casa da Criança Escola-Creche - Fortaleza/CE

Uma entidade com influência espírita, fundada em 1958, tinha como atividade inicial o abrigo e creche, mas para atender as crianças da comunidade montou-se nela uma escola. Esta possui o objetivo de garantir à criança um local de abrigo, onde a mesma possa encontrar segurança, alimentação, amparo psicológico, médico, jurídico e educacional.

Imagens:



Quadra Esportiva.

Fonte: <http://www.casadacrianca.com.br>



“Espaço Verde”.

Fonte: <http://www.casadacrianca.com.br>



Sala de Vídeo.

Fonte: <http://www.casadacrianca.com.br>



Sala de Leitura.

Fonte: <http://www.casadacrianca.com.br>

Casa da Criança Morro da Penitenciária - Florianópolis/SC

A instituição participa intensamente de atividades e eventos em Florianópolis, que promovem a sua integração com a sociedade, a exemplo do evento Florianópolis em Quadrinhos, a exposição Converse Arte entre Amigos. E não só participa, também promove eventos, como a Paella da Casa da Criança, Soletrando na Casa da Criança,

Festa de Natal da Casa da Criança, entre outros, a fim de captar recursos e integrar as atividades.

Imagens:



Aulas de Culinária.

Fonte: [http:// www.casa-da-crianca.blogspot.com](http://www.casa-da-crianca.blogspot.com).



Aulas de Arte.

Fonte: [http:// www.casa-da-crianca.blogspot.com](http://www.casa-da-crianca.blogspot.com).



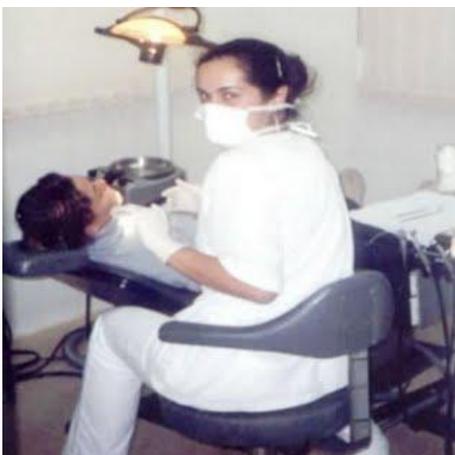
Roda de Capoeira.

Fonte: [http:// www.casa-da-crianca.blogspot.com](http://www.casa-da-crianca.blogspot.com).



Inserção à Informática.

Fonte: [http:// www.casa-da-crianca.blogspot.com](http://www.casa-da-crianca.blogspot.com).



Cuidados com a Saúde.

Fonte: [http:// www.casa-da-crianca.blogspot.com](http://www.casa-da-crianca.blogspot.com).



Aulas de Esporte.

Fonte: [http:// www.casa-da-crianca.blogspot.com](http://www.casa-da-crianca.blogspot.com).

Casa Irmã Madre Maria Clara – Maputo, Moçambique

Casa de abrigo exclusivamente para meninas órfãs ou em situação de risco, sob supervisão de freiras franciscanas. Nesta instituição são realizadas diversas atividades: horticultura, pecuária, trabalhos manuais, estudos, culinária, entre outros. As principais razões de abrigamento são o abandono, a guerra, a Aids e a fome.

Imagens:



Trabalhos na Horta Coletiva.

Fonte: <http://www.casamariaclara.no.sapo.pt>



Aulas e reforços.

Fonte: <http://www.casamariaclara.no.sapo.pt>



Refeitório Coletivo.

Fonte: <http://www.casamariaclara.no.sapo.pt>



Foto anual do grupo.

Fonte: <http://www.casamariaclara.no.sapo.pt>

8. AS INTENÇÕES DE PROJETO

A partir da análise dessas informações pode-se estabelecer uma proposta para a realização do “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”. Esta consiste em projetar um espaço para abrigar crianças em situação de risco social, buscando a reinserção das mesmas a sociedade e a visibilidade da instituição.

Este espaço deve ser elaborado de forma que seja adequado para com as necessidades das crianças e adolescentes, sendo adaptado tanto para as suas tarefas mais básicas, quanto para outras especiais, respeitando também as diretrizes do

desenho universal. A utilização de sistemas sustentáveis deve ser aplicada para resolver a problemática referente ao conforto térmico da edificação.

Além dos programas sociais e atividades comunitárias, para haver uma maior integração do equipamento para com a comunidade, será inserido próximo a este um espaço público de lazer, que é uma necessidade para uma cidade onde há poucas áreas verdes, e estas se encontram estranguladas em meio a arranha-céus.

Programa de Necessidades: dormitórios, berçário, lavatórios, refeitório, cozinha, sala de estudos e leitura, sala de atividades, sala para recreação, sala de vídeo e computadores, biblioteca, administração, lavanderia, almoxarifado, depósito de alimentos, depósito de materiais de limpeza, quadra esportiva, playground, horta comunitária, sala para cuidados com a saúde, sala de visita, espaço multiuso e estacionamento.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de cumplicidade com o Município de Balneário Camboriú fez com que a escolha do tema e da área de estudo tenha sido facilitada, e que este pretende solucionar uma das problemáticas encontradas na cidade, a criação de um espaço social, em uma cidade cuja natureza encontra-se estrangulada e há falta de espaços abertos de lazer, estabelecendo funções para melhoria da qualidade de vida das crianças em abrigo e da população em geral.

O estudo desenvolvido até esta etapa teve como objetivo direcionar a espacialização do tema proposto, que se trata da implantação de uma Instituição para Crianças em Situação de Risco Social, onde este possua em sua estrutura o Abrigo de Permanência Continuada: um espaço de abrigo, onde a criança possa encontrar segurança, alimentação, amparo psicológico e afetivo, médico e educacional.

O respeito com a criança, com a paisagem e com a natureza é uma motivação a realização do projeto, oferecendo às pessoas um espaço em que podem se relacionar com as mesmas, facilitando a atitude do respeito, de conhecimento e a preservação do direito de convivência familiar e com a comunidade.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Isaque de Borba. **História de duas cidades**: História de Camboriú e Balneário Camboriú. Trata da História dessas duas cidades.

CASTRO, Milusa. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. **O público e o privado na configuração do espaço urbano em Balneário Camboriú**. Florianópolis, 2005. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069 de 1990). Brasília, DF: Senado 1990.

BRASIL. **Lei Nacional de Adoção** (Lei nº 12.010 de 2009). Brasília, DF: Senado 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. 444 p.

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú. Disponível em: <<http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br>>. Acessado em 23 de setembro de 2009.

Balneário Camboriú – Tudo – @bc. Disponível em: <<http://www.camboriubalneario.com>>. Acessado em 23 de setembro de 2009.

Balneário Virtual | www.balneariovirtual.com.br | O Portal de Balneário Camboriú / SC. Disponível em: <<http://www.balneariovirtual.com.br>>. Acessado em 23 de setembro de 2009.

Rede Nacional Primeira. Disponível em: <<http://www.primeirainfancia.org.br>>. Acessado em 27 de setembro de 2009.

Fundação Abrinq > Home. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br>>. Acessado em 27 de setembro de 2009.

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. Disponível em: <<http://www.amb.com.br>>. Acessado em 27 de setembro de 2009.

Instituto Camargo Corrêa. Disponível em: <<http://www.institutocamargocorrea.org.br>>. Acessado em 27 de setembro de 2009.

IPEA. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acessado em 27 de setembro de 2009.

Flickr. Disponível em: <<http://www.flickr.com>>. Acessado em: 08 de outubro de 2009.

Panoramio - Fotos do Mundo. Disponível em: <<http://www.panoramio.com>>. Acessado em: 08 de outubro de 2009.

Wikipedia. Disponível em: <<http://www.wikimedia.org>>. Acessado em: 08 de outubro de 2009.

Casa Madre Maria Clara – Orfanato em Moçambique – As crianças agradecem a sua ajuda. Disponível em: <<http://www.casamariaclara.no.sapo.pt>>. Acessado em 08 de novembro de 2009.

Casa da Criança – Morro da Penitenciária. Disponível em: <<http://www.casa-da-crianca.blogspot.com>>. Acessado em 08 de novembro de 2009.

Casa da Criança Antônio de Pádua. Disponível em: <<http://www.casadacrianca.com.br>>. Acessado em 08 de novembro de 2009.

The Cool Hunter. Disponível em: <<http://www.thecoolhunter.net>>. Acessado em 22 de novembro de 2009.

Google Earth. Acessado em 08 de novembro de 2009.